

Despacho n.º 7579/2018

Artigo único

1 — Ao abrigo da subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, conferida pelo Despacho n.º 4338/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 02 de maio, determino que os militares em seguida mencionados ingressem nas especialidades abaixo mencionadas, da categoria de Praças do regime de contrato, desde as datas indicadas, no posto de Segundo-Cabo, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 259.º conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 269.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 10/2018, de 2 de março, por terem concluído com aproveitamento a Instrução Complementar:

MARME (15JUN2018):

2CABG MARME 140588 J — Márcia Alexandra Marques dos Reis — BA5

2CABG MARME 140591 J — Cristiano Mendes Pereira — BA6

2CABG MARME 140590 L — Alexis Medeiros Amaral — BA6

2CABG MARME 140587 L — Cristina Isabel Anselmo Rocha — BA11

2CABG MARME 140589 G — Bruno Miguel Rodrigues de Sousa — BA4

SAS (15JUN2018):

2CABG SAS 140651 F — Rui Carlos da Conceição Sales Custódio — CPESFA

2CABG SAS 140660 E — Tânia Alexandra Gomes Sendas — GCEMFA

2CABG SAS 140658 C — Mariana Carvalho da Silva — AHFA

2CABG SAS 140650 H — Céline Mendes Batista — BA5

2CABG SAS 140657 E — Pedro Miguel Santos Granjo — AT1

2CABG SAS 140656 G — Rita Furtado dos Santos de Oliveira — BA1

2CABG SAS 140662 A — Ana Rita Correia Aires Fernandes — BA6

2CABG SAS 140659 A — Nuno Maia Oliveira — AM1

2CABG SAS 140653 B — André Filipe Rodrigues Serrão — CFMTFA

2CABG SAS 140655 J — João Manuel Amaral Fernandes — BA5

2CABG SAS 140661 C — Liliana Sofia Valente Tobias — BA11

2CABG SAS 140654 L — Pedro André de Sousa Barreiros — BA4

SHS (22JUN2018):

2CABG SHS 140978 G — Mariana Gaspar Ferreira — CFMTFA

2 — Os militares das especialidades MARME e SAS contam a antiguidade desde 29 de outubro de 2017 e a militar da especialidade SHS conta a antiguidade desde 01 de janeiro de 2018.

3 — Mantêm a posição remuneratória em que se encontram.

17 de julho de 2018. — Diretor do Pessoal, *Eurico Fernando Justino Craveiro*, Major-General.

311518657

DEFESA NACIONAL E AMBIENTE**Gabinetes dos Secretários de Estado da Defesa Nacional e do Ambiente****Portaria n.º 392/2018**

Considerando que, em cumprimento da determinação do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), procedeu à instrução de um processo, registado sob o n.º 28/2009, visando a delimitação do domínio público hídrico na confrontação com os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo sob os n.ºs 1593/19930114, 1594/19930114, 1595/19930114 e 1597/19930114, todos da freguesia de Afife, concelho de Viana do Castelo, e todos inscritos a favor de E. R. I. — Estudos e Realizações Imobiliárias, Limitada.

Considerando que, na sequência da expropriação por utilidade pública efetuada nos termos do Despacho n.º 5883/2015 do Secretário de Estado do Ambiente, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 02.06.2015, dos prédios n.ºs 1595/19930114 e 1597/19930114 foram desanexadas parcelas que passaram a constituir os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo sob os n.ºs 5347/20160922 e 5348/20160922, ambos da freguesia de Afife e

inscritos a favor da Polis Litoral Norte — Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S. A., dos quais apenas o prédio descrito com o n.º 5348/20160922 confronta a poente com a margem das águas do mar.

Compete, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada e republicada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, proceder à nomeação da comissão de delimitação.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na redação atual, e na alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, e ao abrigo das competências delegadas pelo Ministro da Defesa Nacional através do Despacho n.º 971/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 2016.01.20 e pelo Ministro do Ambiente, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Despacho n.º 7590/2017, de 18 de agosto de 2017, na redação dada pelo Despacho n.º 8720/2017, de 21 de setembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 3 de outubro de 2017, manda o Governo, pelos Secretários da Defesa Nacional e do Ambiente, o seguinte:

Artigo 1.º

Comissão de delimitação

1 — É constituída a comissão de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com os prédios sitos na freguesia de Afife, concelho de Viana do Castelo, descritos na Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo sob os n.ºs 1593/19930114, 1594/19930114, 1595/19930114, 1597/19930114 e 5348/20160922.

2 — A comissão de delimitação referida no número anterior é composta por:

a) Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que preside;

b) Um representante do Ministério da Defesa Nacional;

c) Um representante da Polis Litoral Norte — Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S. A.;

d) Um representante da requerente, E. R. I. — Estudos e Realizações Imobiliárias, Limitada.

Artigo 2.º

Auto de delimitação

1 — O auto de delimitação elaborado pela comissão de delimitação ora constituída obedece ao disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

2 — O auto de delimitação a que se refere o número anterior e a planta de delimitação a ele anexa, devem ser remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para prosseguimento do processo, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

24 de julho de 2018. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcelos*. — 16 de julho de 2018. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

311534654

Portaria n.º 393/2018

De acordo com o regime transitório previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro, os processos de delimitação do domínio público hídrico pendentes a 27 de outubro de 2007 são apreciados ao abrigo e nos termos das normas procedimentais aplicáveis à data do seu início, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Encontra-se pendente, desde data anterior a 27 de outubro de 2007, o processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com um prédio misto sito em Porto de Mós, freguesia de Santa Maria, concelho de Lagos, em que são requerentes David Anthony Nedolhua e Kevin Patrick Nedolhua e, inicialmente, Othmar Anton Nedolhua, que são parte do processo que corre os seus termos na Comissão do Domínio Público Marítimo sob o n.º 4581/16.

Tendo a Comissão do Domínio Público Marítimo proferido parecer favorável ao seguimento do referido processo, importa proceder à constituição da correspondente comissão de delimitação.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação; na alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro e no n.º 4 do «Regulamento de Procedimento dos Processos de Delimitação do Domínio Público Marítimo pendentes em 27 de outubro de 2007», aprovado em anexo ao Despacho Normativo n.º 32/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 20 de junho, e ao abrigo

das competências delegadas pelo Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho n.º 971/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, e das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Despacho n.º 7590/2017, de 18 de agosto de 2017, na redação dada pelo Despacho n.º 8720/2017, de 21 de setembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 3 de outubro de 2017, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e pelo Secretário de Estado do Ambiente, o seguinte:

Artigo 1.º

Comissão de delimitação

No seguimento do Parecer n.º 6332, de 5 de abril de 2018, da Comissão do Domínio Público Marítimo, é constituída a comissão de delimitação do domínio público marítimo do processo de delimitação do domínio público hídrico na confrontação com um prédio misto sito em Porto de Mós, freguesia de Santa Maria, concelho de Lagos, em que são requerentes David Anthony Nedolhua e Kevin Patrick Nedolhua e, inicialmente, Othmar Anton Nedolhua, que é parte do processo que corre os seus termos na Comissão do Domínio Público Marítimo, sob o n.º 4581/16, com a seguinte composição:

- a) Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que preside;
- b) Um representante do Ministério da Defesa Nacional;
- c) Um representante dos requerentes.

Artigo 2.º

Auto de delimitação

1 — O auto de delimitação elaborado pela comissão de delimitação ora constituída deve observar as normas procedimentais constantes do regulamento anexo ao Despacho Normativo n.º 32/2008, de 20 de junho, o Parecer da Comissão do Domínio Público Marítimo a que se refere o artigo anterior, bem como o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro.

2 — O auto de delimitação a que se refere o número anterior e a planta de delimitação a este anexa devem ser remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para prosseguimento do processo, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do «Regulamento do procedimento dos processos de delimitação do domínio público marítimo pendentes em 27 de outubro de 2007».

24 de julho de 2018. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrelo de Vasconcelos*. — 16 de julho de 2018. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

311534751

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7580/2018

Considerando a necessidade de realização de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Marmeleiro, município e distrito da Guarda, nomeio nos termos e para os efeitos do artigo 223.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua atual redação, a Comissão Administrativa composta pelos membros abaixo indicados, conforme informação n.º 20099/2018/*SGA_AE/DSATEE/DJEE da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna:

David Lavado Barbeira — PPD/PSD — Partido Social Democrata;
Edite Maria Pires Barbeira — Coligação CDS-PP, MPT e PPM:
Guarda em Primeiro;

Márcio Miguel Pereira do Curral — PPD/PSD — Partido Social Democrata.

27 de junho de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311525777

Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais

Despacho n.º 7581/2018

Considerando que o ainda Presidente da Junta de Freguesia do Marmeleiro comunicou, em 14 de junho de 2018, que, após renúncia aos

respetivos mandatos de vários membros efetivos e suplentes da assembleia de freguesia do Marmeleiro, do município da Guarda, se encontrava esgotada a possibilidade de substituições, carecendo, assim, aquele órgão de condições de funcionamento por inexistência do número legalmente necessário de membros em efetividade de funções.

Considerando que nos termos das disposições conjugadas do n.º 3, do artigo 11.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e do n.º 1 do artigo 222.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, ambas nas suas versões atuais, as eleições devem realizar-se num prazo nunca inferior a 40 e não superior a 60 dias a contar da data da respetiva marcação.

Considerando que há que assegurar aos partidos políticos a possibilidade de constituírem coligações para fins eleitorais cujos prazos estão previstos no n.º 2 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua versão atual, artigo esse que tem de ser conjugado com o previsto no artigo 228.º da mesma lei.

Considerando ainda que há que assegurar aos grupos de cidadãos eleitores a possibilidade de estes formarem listas, cumprindo todas as formalidades previstas no artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º ambos da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua versão atual, artigos que têm, também, de ser conjugados com o previsto no artigo 228.º da referida lei.

Considerando que os prazos previstos para o exercício de tais direitos podem, em abstrato, não ser conciliáveis com os referidos prazos previstos no n.º 3, do artigo 11.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e no n.º 1 do artigo 222.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, ambas nas suas versões atuais, importa designar uma data para a realização das eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia do Marmeleiro, Município e Distrito da Guarda, que assegure o exercício efetivo dos direitos, liberdades e garantias de participação política, ainda que tal justifique a desconsideração dos prazos fixados nos prazos acima referidos, conforme é, aliás, posição assumida pelo Tribunal Constitucional no seu Acórdão n.º 318/2007, de 15 de junho.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas por Despacho do Ministro da Administração Interna, de 17 de novembro de 2017, em conformidade com o n.º 6 do artigo 3.º, e artigo 16.º, da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na sua versão atual) e ao abrigo da competência conferida pelos artigos 11.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e 222.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, determino a marcação de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia do Marmeleiro, Município e Distrito da Guarda, no dia 7 de outubro de 2018.

O presente despacho será comunicado ao Gabinete da Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna e à Comissão Nacional de Eleições.

18 de julho de 2018. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

311532523

Secretaria-Geral

Aviso n.º 10809/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora que a seguir se indica concluiu com sucesso o período experimental na carreira de assistente técnico, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho no mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, na área de competências da Direção de Serviços de Apoio Técnico e Estudos Eleitorais, tendo obtido a seguinte avaliação:

Nome	Valores
Tereza Vargas de Lima Canada Ferreira	13,20

24 de julho de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*.

311536006

Aviso n.º 10810/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a trabalhadora que a seguir se indica concluiu com sucesso o período experimental da carreira/categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho no mapa de pessoal desta Secretaria-Geral,